

RESENHA

**MARIM, CAROLINE; CASTRO, SUSANA DE (ORG.). ESTUDOS EM
DECOLONIALIDADE E GÊNERO. RIO DE JANEIRO: APE'KU, 2022.
V. 2. 228 P. (COLEÇÃO PINDORAMA)**

Pâmela Laurentina Sampaio Reis

Doutoranda em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: pamelalaurentinasr@gmail.com

Miriam Pillar Grossi

Professora Titular do Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: miriamgrossi@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 15, 2023, e01507, p. 1-8

ISSN 2447-9837



A coletânea *Estudos em decolonialidade e gênero*, organizada por Caroline Marim e Susana de Castro, foi publicada em 2022, reunindo um conjunto de dez textos apresentados na II Jornada de Feminismos Decoloniais, realizada virtualmente entre os dias 28 de junho e 2 de julho de 2021. O livro inaugura o segundo volume da Coleção Pindorama de Estudos Decoloniais, em parceria com a Ape’Ku Editora, e apresenta investigações, inquietações e experiências de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os que estudam e debatem sobre a colonialidade de gênero e as complexidades que envolvem a decolonialidade. O principal objetivo da linha editorial da Coleção Pindorama é *propiciar a publicação de estudos decoloniais*, ampliando a produção e circulação do conhecimento através dos saberes encarnados, da experiência e da história dos corpos dissidentes e racializados.

As premissas teórico-metodológicas da coleção são apresentadas no primeiro volume de *Estudos em colonialidade e gênero*, publicado em 2021 e organizado pelas professoras, doutoras em filosofia e editoras da Coleção Pindorama de Estudos Decoloniais, Caroline Marim e Susana de Castro. O livro de estreia está dividido em oito textos e apresenta ao público refinadas reflexões a partir do pensamento da autora María Lugones, filósofa argentina, ativista e feminista. Os capítulos estão dispostos na seguinte ordem: “Epistemologia e colonialidade de gênero”, de Priscila Carvalho; “María Lugones: da decolonialidade do poder à colonialidade do gênero”, de Vivianne Bottom; “O sistema moderno colonial de gênero e a necessidade de um feminismo para além das categorias”, de Aline Rosa; “O lócus fraturado como resistência epistêmica”, de Victória Xavier; “Problematizando a interseccionalidade: ou análise da crítica de María Lugones ao conceito”, de Rodrigo Ribeiro; “Tensionar para resistir: a resistência como missão do feminismo descolonial”, de Carlos Rocha; “Espelho-reflexo, contemplação, percepção e reconhecimento: quando a mulher negra descobre a beleza de sua existência”, Andréa Nascimento; e para finalizar, Marcelo Silva, “Desafios da institucionalidade no contexto da teoria decolonial: universalidade e identidade”.

Seguindo a proposta da linha editorial, as reflexões empreendidas no segundo volume de *Estudos em decolonialidade e gênero* buscaram responder aos seguintes questionamentos: qual universidade queremos? Quais epistemologias, saberes e práticas nos aproximam e podem sustentar uma universidade decolonial? As respostas a essas questões aparecem ao longo dos artigos, revelando um conhecimento científico corporificado, contextualizado e insurgente em vozes, olhares, cheiros e sentidos encarnados. Respondendo à primeira questão temos os artigos de Marise de Santana e de Suely Aldir Messeder, Cauê Ribeiro e Margarete Carvalho, que trazem questionamentos e utopias a serem implantadas nas universidades brasileiras.



Marise de Santana, em seu artigo “A universidade que não queremos: como pensar em fronteiras no espaço universitário?”, utiliza a categoria fronteira, a partir dos estudos de Fredrik Barth, Hans Vermeulen e Cora Govers, para pensar historicamente os limites impostos entre “brancos e negros, que sustentam dicotomias, assimetrias, estranhamentos, mas, também, resistência, subversão da hegemonia, lutas e insurgências” (SANTANA, 2022, p. 20). Essas fronteiras denunciam os projetos universitários que reforçaram/reforçam os valores das elites brancas que decidiram, ao longo dos tempos, quais conhecimentos seriam produzidos e valorizados. Por isso, apostar nas insurgências epistemológicas é um caminho para elucidar os silenciamentos, a negação e o ocultamento na arena de produção de conhecimento, que, por séculos, valorizou um projeto colonial de ciência universal, branca e cristã.

Compreendemos melhor a potência dessa aposta através da reflexão levantada por Suely Aldir Messeder, Cauê Ribeiro e Margarete Carvalho, em “A construção do/a pesquisador/a encarnado/a em uma universidade pública e periférica: experimentações e modelagens no saber fazer das ciências corporificadas, sobre a feitura do/a pesquisador/a encarnado/a”. A partir das experiências de Cauê e Margarete, no âmbito do Grupo de Pesquisa Enlace¹, acompanhamos o desenvolvimento do conhecimento científico corporificado e contextualizado que valoriza a “ensinagem” do saber fazer das/nas ciências no coletivo, de forma colaborativa e crítica. Cauê e Margarete encontraram no Grupo de Pesquisa o estímulo necessário para experienciar outras formas do fazer científico que abriram passagem para os seus corpos gay e lésbico, negros e periféricos. As experiências mobilizadas afastam-se da armadilha do conhecimento “inocente”, direcionado para uma verdade universal. Os autores buscaram romper com o projeto de ciência hegemônica, capitalista e colonial que tenta, sistematicamente, obstruir o acesso desses corpos aos espaços de poder. Dessa forma, o conhecimento está articulado diretamente com a experiência vivida. Escritoras negras estadunidenses chamaram atenção para esse aspecto; e, em solos brasileiros, Beatriz Nascimento rompeu com as bases da epistemologia ocidental, branca e convencida da lógica perversa da objetividade que autorizava, legitimava e qualificava pesquisadores brancos a falarem com “neutralidade” sobre o racismo.

Um segundo bloco, com artigos de Susana de Castro e Paola Bacchetta, aprofunda as contribuições de autoras feministas pioneiras como Beatriz Nascimento e Gloria Anzaldúa para a crítica aos feminismos brancos da “segunda onda”. Susana de Castro, em “Beatriz Nascimento, intérprete decolonial do Brasil”, reforça a importância da obra dessa autora pioneira do feminismo negro brasileiro, que analisou os impactos da mestiçagem no favorecimento de uma política de embranquecimento,

1 Liderado pela professora Suely Messeder.



bem como a condição da mulher negra. Nascimento, a partir da sua experiência subjetiva e individual, reforçou a articulação entre conhecimento e experiência, propondo um olhar interseccional e refletindo sobre a atuação da sociedade racista por meio das representações culturais e midiáticas.

Essa linha analítica perpassa também o artigo “Circulações anzaldúanas na Ilha da Tartaruga e na França: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade histórica densa”, de Paola Bacchetta, que mobiliza as noções interrelacionadas de historiografia e contextualidade histórica com o objetivo de compreender as complexidades da escritora feminista, professora, artista e ativista *queer* e *chicana* pioneira, Gloria Evangelina Anzaldúa. Através do seu conhecimento encarnado, Anzaldúa relevou a sua experiência em carne e sangue atravessada pelos sentidos da mestiçagem, da fronteira, da raça, do gênero, da sexualidade, da classe, da saúde, da espiritualidade, da escrita e da linguagem. Bacchetta (2022) destaca as importantes contribuições teóricas e metodológicas da escritora que desafiaram os cânones educacionais, literários, culturais e políticos, ao tensionar as lógicas de poder, evocando a polifonia das línguas e dando passagem e legitimidade às falas “inaudíveis” das mulheres silenciadas que viviam “entre-fronteiras”. A sua linguagem desafiou os olhos do homem branco; por isso, esse olhar deve ser decolonizado. Para decolonizar o olhar, é necessário construir um *ethos* estético-político que reconheça outras vozes e escritas do corpo.

Um terceiro bloco de artigos se debruça sobre questões relativas à multiplicidade de vozes e às provocações estéticas das escritas feministas decoloniais. Caroline Izidoro Marim nos instiga a pensar a partir de outros sentidos, como o tato, o olfato e a audição. Em seu argumento, a estética feminista decolonial é um caminho de “revisão” crítica à intelectualização das sensações que, ao longo dos tempos, (re) produziu os padrões de estética e os ideais de gosto, beleza, corpos, genialidade, etc. A autora apoia-se no conceito de *lócus* fraturado, de María Lugones, para pensar as diferentes formas de resistência política, epistêmica e ancestral, uma vez que nesse *lócus* encontra-se a resistência à colonialidade. Um exemplo citado por Marim (2022) são as manifestações populares, como a Sambada de Coco do Guadalupe, realizada mensalmente na comunidade de Guadalupe, localizada em Olinda, Pernambuco. Durante a brincadeira da umbigada, há a manutenção da ancestralidade, bem como o fortalecimento dos engajamentos políticos em relação às demandas locais.

Em “Descolonizando o olhar: a construção de um *ethos* estético-político feminista que cria estratégias de luta e resistências pela palavra por meio do reconhecimento de outras vozes e escritas do corpo”, Marim (2022), ao analisar e problematizar os caminhos de uma estética feminista decolonial, evoca as críticas levantadas



por Oyèrónké Oyéwùmi em relação aos conceitos operativos derivados de experiências ocidentais, a exemplo do uso de “cosmovisão”, que capta o privilégio ocidental do visual. Oyéwùmi propõe a utilização do termo “cosmopercepção”, com o intuito de mostrar uma concepção de mundo composta por diferentes grupos culturais que apreendem a realidade por meio de outros sentidos, como a audição e a oralidade, na cultura lorubá. Dessa forma, decolonizar o olhar é um convite para compreendermos a realidade através de diferentes abordagens.

O potente campo da arte vem contribuindo para decolonizar as crenças de nossos corpos e os sentidos orientados pelo ocidente. Raisal Inocência parte desse campo para analisar as estéticas da figura da Vênus, cujas representações revelam a dominação simbólica patriarcal que, por um lado, localizou a figura “feminina branca” no papel da esposa destituída de prazer sexual e, por outro, estigmatizou a mulher negra como “possuidora de desejos excessivos e virulentos” (INOCÊNCIA, 2022, p. 144), distante da condição de humana. Inocência analisa o caso de Sara Baartman, a Vênus Hotentote, que teve o seu corpo relegado à condição de objeto de caça. Sara foi uma mulher negra de origem khoikhoi, de uma região da África do Sul. O seu corpo, ao carregar nádegas grandes, foi alvo da estrutura colonial, que a apresentou nos palcos europeus como um fenômeno bizarro. A exploração/espetacularização contínua do seu corpo a matou – ou seja, ela foi mais uma vítima da colonização. Essa história violenta foi ressignificada por várias artistas em tons políticos e estéticos. Chantal Loial, na peça *Nós te chamamos Vênus*, utiliza como elemento cenográfico o crânio, representando o símbolo médico e anatômico, para lembrar, imagetivamente, a violência colonial, ao passo que evoca o potente espírito de Sara Baartman. As ressignificações estéticas são fundamentais para “enxergarmos” o erótico feminino nas mulheres colonizadas, racializadas e negras.

Nessa direção, as estéticas decoloniais ressignificam as feridas que sangram e abrem passagem para as gramáticas decoloniais de Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez. Em “Pretoquês: por uma literatura que rompe fronteiras”, Raffaella Fernandez, Drica Madeira e Victória França Xavier exploram, dentre vários aspectos, a força da resistência que produz tecnologias para o rompimento da subjetividade colonial, que desautoriza todos os discursos. Afinal, quem ousa falar tem o poder de se fazer ouvir? De acordo com María Lugones (2014), o colonialismo impôs um novo sistema de gênero a partir do qual se organizaram as relações de produção, de propriedade, de cosmologias e de modos de conhecimento. Os efeitos da colonialidade de gênero ainda são encontrados em nós e permanecem, por exemplo, na intersecção de gênero/classe/raça, que são construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Karina Bidaseca reforça a



importância das reflexões da colonialidade de gênero para compreendermos a obra de Rita de Segato e os rastros do feminicídio inscritos nos corpos das mulheres, em “Rita Segato, *potencia feminista decolonial en acto*”.

Assim, decolonizar o gênero torna-se uma práxis e uma crítica da opressão de gênero, que é racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada. Faz-se necessário decolonizar para evitarmos as “ciladas” da episteme colonial e para exercitarmos uma práxis que abranja outros possíveis de enunciações, pois “a busca pelo poder de fala deve acontecer simultaneamente com a construção do poder de se fazer ouvir” (EVARISTO, 2021, transcrição nossa). Nesse sentido, analisar o “lugar das enunciações” é vital para ampliar a possibilidade de resistência aos discursos hegemônicos “autorizados” e para “vomitar e disputar” a escrita antropofágica que devora a cultura colonial e a transforma, conforme argumentam Aline de Oliveira Rosa e Victória Felipe França Xavier em seu artigo “Uma escrita antropofágica e marginal”. A escrita antropofágica de Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo inverteu a lógica vigente e criou outra forma de dizer as coisas.

A emergência de um projeto de decolonização epistemológica exige a identificação das experiências que, por sua vez, estão localizadas distintamente. Por conta disso, devemos preservar a diversidade dos modos como contamos histórias. Humberto Giancristofaro encerra a presente coletânea com o artigo “Por que devemos mudar o modo como contamos história: o exemplo decolonial do filme *Isto não é um enterro, é uma ressurreição*”, chamando atenção para a dimensão do pós-colonialismo como a continuação do movimento colonizador que busca colonizar os territórios simbólicos. O Ocidente pavimentou os caminhos hegemônicos da produção de narrativas, promovendo epistemicídios. Para Humberto Giancristofaro, o filme *Isto não é um enterro, é uma ressurreição* apresenta uma resistência a esse modelo, ao se contrapor ao design clássico de Hollywood. Mantona, personagem do longa-metragem, é uma viúva de 80 anos vivendo nas montanhas de Lesoto. Após a perda do último membro da sua família, ela passa a aguardar ansiosamente a sua morte. Contudo, os seus planos mudam ao saber de projetos de reassentamento da vila, em virtude da construção de uma barragem. A protagonista encampa então uma defesa em prol da permanência da sua vila. Aquela terra é o encontro da sua carne e do seu espírito com os seus ancestrais. A narrativa afasta-se do modelo messiânico californiano, que resulta em um padrão de sujeito específico; ao contrário, entre a vida e a morte, Mantona aciona o seu espaço de agência. A força da narrativa do inimigo (estruturas do poder do colonialismo africano) não é aniquilada. Humberto Giancristofaro dialoga com a perspectiva de Silvia Cusicanqui e argumenta que a potência reside no combate entre os inimigos, pois abre caminho para os signos dos territórios subalternos se infiltrarem para positivar o mundo.



A/o leitora/or encontrará uma leitura visceral. As/os autoras/es nos apresentam uma leitura encarnada. Os diferentes artigos que compõem a coletânea apresentam propostas para habitarmos as universidades através dos nossos corpos e das falas insubmissas. Poder falar e poder se fazer ouvir é um exercício teórico, epistemológico e prático das nossas experiências que ressoarão nas distintas dimensões da vida. Apostemos na potência da revolução das vozes que vazam os silêncios impostos, das línguas interrompidas e das escritas deslegitimadas outrora. Apostemos nos corpos/vidas de Sara Baartman, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez, Cauê Ribeiro, Margarete Carvalho e todes nós que habitamos as fronteiras. As nossas experiências revelam posições de resistência aos privilégios hegemônicos. Juntas em aliança damos carne, ossos e sangue às nossas existências.



REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. 'Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir'. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. **Conferência magna**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WimO-Fw-5gRU&t=30s>. Acesso em: 27 jul. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

